



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 31 de janeiro de 2025

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
2,82% São Paulo	122.972 27/1 28/1 29/1 30/1	R\$ 5,852 (- 0,23%)	R\$ 1.518	R\$ 6,103	12,15%	13,16%	IPCA do IBGE (em %)
0,38% Nova York							Agosto/2024 - 0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52

FINANÇAS / Modalidade permite ao trabalhador com carteira assinada fazer empréstimos com garantia do FGTS e multa rescisória em caso de demissão. Especialistas veem com cautela as mudanças propostas pelo governo

Expectativa para o novo consignado

» RAPHAEL PATI

O governo planeja lançar uma medida para estimular o acesso ao crédito e a atividade econômica no país a partir de fevereiro. Nesta semana, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) anunciaram, junto ao presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, uma série de mudanças nas regras para o crédito consignado, com o objetivo de atrair trabalhadores da iniciativa privada que possuem carteira de trabalho.

As alterações devem ocorrer nas contratações de empréstimo por meio do e-Social, uma plataforma criada pelo governo federal, em 2018, para reduzir a burocracia em serviços públicos. Com o sistema, o trabalhador celetista poderá negociar e comparar valores e juros de diferentes bancos antes de decidir pela contratação de um crédito consignado.

Apesar de as mudanças serem atrativas, especialistas avaliam que os bancos devem ser os maiores beneficiados com as medidas, pois as operações terão como garantia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é descontado automaticamente na folha salarial dos empregados pela própria empresa. Por isso, eles alertam que é necessário ficar com as surpresas, além de estabelecer um motivo pelo qual deseja tomar o empréstimo.

Todos os trabalhadores com carteira assinada poderão ter acesso ao crédito diferenciado. O governo prevê que a medida beneficiará cerca de 42 milhões de pessoas. Segundo o ministro Luiz Marinho, não haverá mudança no percentual do FGTS que pode ser usado como garantia nessa operação, que atualmente é de 10% do saldo total, acrescida a totalidade da multa rescisória para quitar o empréstimo — caso o trabalhador seja demitido.

O Executivo não definiu se a mudança virá por meio de Medida Provisória (MP), ou se será por conta de um projeto de lei. O objetivo é estimular a atividade econômica em um momento em que os juros estão cada vez mais

altos. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) aprovou o aumento em 1 ponto percentual na Selic, passando para 13,25% ao ano. O ajuste era esperado pelo mercado, que acredita em uma taxa superior a 15% em 2025.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou, ontem, o trabalho para a elaboração do novo crédito consignado. “Parecia uma coisa impossível e ontem chegamos a um acordo (com os bancos). Vai ser o maior programa de crédito da história desse país. Se prepare, vem uma bomba boa de crédito neste país”, disse, em entrevista coletiva, no Palácio do Planalto.

“Eu acho que pouco dinheiro nas mãos de muitos significa distribuição de renda e muito dinheiro nas mãos de poucos significa miséria”, reforçou. “Faltam alguns ajustes de linguagem jurídica na lei que queremos mandar”, completou o petista.

Na avaliação do economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, a decisão de utilizar o FGTS como garantia é acertada, pois pode agradar as instituições e facilitar o acesso ao crédito. “Usar esse recurso como um lastro para minimizar a inadimplência torna o risco do empregador muito mais baixo. E, consequentemente, o juro também fica mais baixo para todo mundo”, ressalta o especialista.

A advogada trabalhista Flavia Maria de Oliveira avalia que a medida é positiva por proporcionar que o trabalhador opte pelo consignado de outro banco, além da instituição no qual ele recebe o salário mensal.

“O governo quer tornar isso possível, fazer com que as instituições bancárias reduzam as taxas de juros, aumentar a competitividade e garantir que o empregado tome empréstimos com desconto de folha de pagamento em qualquer instituição bancária, considerando a taxa de juros”, aponta.

Apesar disso, um ponto criticado entre os especialistas é que a iniciativa permite aos bancos e instituições financeiras o acesso às informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas

Risco ou oportunidade?

Crédito consignado para trabalhadores de empresas privadas por meio do e-Social pode ser uma oportunidade, ao mesmo tempo em que traz riscos ao contratante. Confira dicas de especialistas sobre o tema

O QUE MUDA?

- Empregado terá mais facilidade em adquirir empréstimo consignado por qualquer instituição financeira, através do e-Social;
- Haverá uma plataforma na qual o empregado poderá comparar as taxas de juros de diferentes bancos antes de tomar o empréstimo;
- A garantia para o empréstimo deve ser extraída do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 42 milhões — pessoas que devem ser beneficiadas com a medida;
- 10% do saldo do FGTS — é o limite para o trabalhador utilizar como garantia para o consignado.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

disponibilizadas pelo empregador no e-social, o que viola a Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assim como o dever de observância ao sigilo fiscal previsto no Código Tributário Nacional (CTN).

Para o economista e fundador da calculadora do Gain, Allan Couto, a LGPD, por si só, necessita de atualizações. “Essas bases de dados são comercializadas fora dessa lei. Então, isso vai aumentar, porque, hoje, isso é feito só para o consignado. Se vai ter direito para todo mundo que é privado, também vai aumentar muito a quantidade de gente como potencial cliente para esse

produto. A base de dados comercializada vai ser quase que a totalidade”, sustenta.

Fique atento

Tomar um empréstimo é uma decisão que deve ser feita com muito cuidado, sempre de olho no objetivo que se quer alcançar e nos possíveis riscos. Diante disso, o especialista em finanças e diretor da Valorum Empresarial, Marcos Sarmento Melo, explica que, pelo lado do contratante, a decisão envolve o que ela precisa e o que ela tem condições de pagar, depois. Caso ela pegue emprestado uma

CONFIRA DICAS DO PLANEJADOR FINANCEIRO FRANCISCO RODRIGUES

Fique atento às taxas

Analisar como vai tomar esse empréstimo em relação ao tempo. Ele vai tomar esse empréstimo para curto, médio ou para longo prazo?

Não faça empréstimo a longo prazo

O que seria esse longo prazo? Não assumir, por exemplo, parcelas que ultrapassem 24 meses, ou 36 meses. Então, eu diria, para caso tome essa decisão, que seja, no máximo, em 24 parcelas, mas, para ser mais cauteloso, em 12 parcelas.

Tenha um planejamento

Se possível, procure um consultor. Porque agora a gente está vivendo uma situação em que a quantidade de pessoas com o nome negativado no país está ultrapassando 73 milhões de pessoas.

Analise as condições

Sem analisar o seu custo de vida, sem analisar o médio e longo prazos, sem analisar as condições econômicas daqui para o futuro, mais a inflação, pode ser uma decisão muito arriscada.



Usar esse recurso como um lastro para minimizar a inadimplência torna o risco do empregador muito mais baixo. E, consequentemente, o juro também fica mais baixo para todo mundo”

Antônio da Luz,
economista-chefe da Ecoagro

“Se está tomando empréstimo, é porque já é o sintoma de alguma doença. E aí, o que a pessoa precisa fazer? É verificar o motivo que está precisando tomar dinheiro emprestado para poder contar, para fechar o ralo. Ter um planejamento melhor, tentar aumentar a renda e assim por diante”, explica.

Segundo o diretor administrativo da Icasb Saúde Financeira, Francisco Rodrigues, é necessário estar atento às taxas oferecidas pelos bancos e não contratar empréstimos com parcelas a longo prazo, neste momento. “O que seria esse longo prazo? Não assumir, por exemplo, parcelas que ultrapassem 24 ou 36 meses. Então, eu diria, para caso tome essa decisão, que seja, no máximo, em 24 parcelas, mas, para ser mais cauteloso, em 12 parcelas”, destaca.

Rodrigues acredita que muitas pessoas verão a mudança como uma oportunidade para fazer compras de imóveis, trocar o carro, mas não para resolver exatamente as questões essenciais. “Sem analisar o seu custo de vida, sem analisar o médio e longo prazos, sem analisar as condições econômicas daqui para o futuro, mais a inflação, pode ser uma decisão muito arriscada”, diz.

MERCADOS

Ibovespa dá salto e sobe quase 3%

» FERNANDA STRICKLAND

O Ibovespa encerrou o pregão, ontem, em forte alta, impulsionado pela repercussão das decisões de juros no Brasil e nos Estados Unidos, além de declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o futuro da política monetária. O principal índice da B3 avançou 2,82%, alcançando os 126.912 pontos, a maior alta diária desde março de 2023.

A bolsa brasileira ganhou força ao longo do dia após Lula afirmar que o novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, buscará, “dentro do possível, entregar inflação e juros mais baixos”. O mercado reagiu positivamente à sinalização de que a

nova gestão do BC poderá adotar uma política monetária mais expansionista, o que pode favorecer a atividade econômica e o mercado de ações.

Enquanto isso, o dólar, que iniciou o dia em alta, reverteu a tendência e fechou em baixa de 0,24%, cotado a R\$ 5,85. Foi a nona sessão consecutiva de desvalorização da moeda americana frente ao real, marcando a maior sequência de quedas desde julho de 2017. No acumulado de janeiro, o dólar já recua 5,30%.

A mudança de rumo do câmbio ao longo do dia foi atribuída a ajustes técnicos e realização de lucros, além de um cenário fiscal mais favorável. A divulgação de um déficit abaixo do esperado

para o Governo Central em 2024 reforçou a confiança dos investidores, contribuindo para o fortalecimento do real.

O mercado de juros futuros também reagiu às expectativas monetárias. As taxas, que já vinham em trajetória de queda após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) na noite anterior, ampliaram o recuo e chegaram a cair mais de 40 pontos, ficando abaixo de 15%.

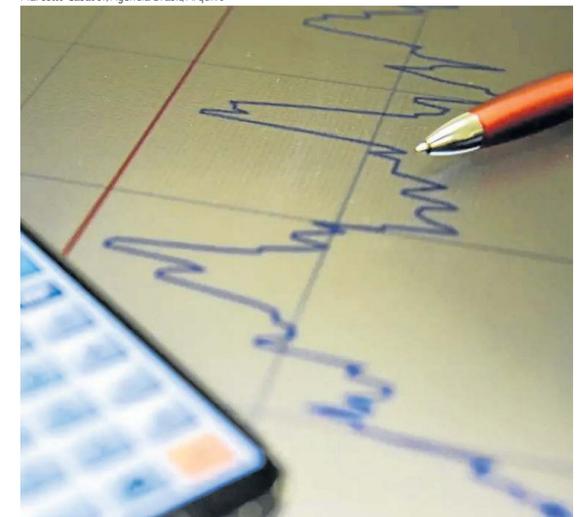
Além da decisão monetária, o comportamento do câmbio também foi influenciado pelas declarações do presidente Lula. O petista reiterou a independência da Petrobras na definição dos preços de seus produtos e reforçou a autonomia do Banco Central,

um tema amplamente discutido pelo mercado nos últimos meses.

Essa foi a primeira decisão do novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, indicado por Lula. O mercado acompanhava de perto a posição de Galípolo para avaliar se sua condução da política monetária seguiria alinhada com as diretrizes do governo ou se manteria um compromisso técnico com a estabilidade econômica.

Ao elevar a taxa básica para 13,25%, Galípolo demonstrou compromisso com a autonomia do Banco Central e com a necessidade de conter a inflação, afastando especulações de interferências políticas na autoridade monetária.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil/Arquivo



Cenários ganharam força com declarações de Lula em entrevista